



ACÓRDÃO AC Nº 07800/2016

TCMGO - PLENO

Processo	11295/14	Fase	4
Município	Anápolis		
Assunto	Embargos de Declaração - Reforma e Ampliação da Câmara Municipal		
Órgão	Executivo		
Embargante	Antônio Roberto Otoni Gomide		
CPF	251.944.881-49		
Relator	Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto		

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. OMISSÃO NA ANÁLISE DO PROJETO. PROVIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS. ALTERAÇÃO DO VALOR ATESTADO. MANUTENÇÃO DA IRREGULARIDADE. VALOR CONTRATADO SUPERIOR AO ATESTADO. MANUTENÇÃO DO ALERTA E RECOMENDAÇÃO. I. Constatada obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou resolução emitido pelo Tribunal, caberão embargos de declaração no prazo de 10 dias (Arts. 218 RITCM); II. Comprovando o embargante, que houve omissão na análise do projeto apresentado, este Tribunal procederá nova análise do custo da obra. Porém, mesmo havendo alteração do valor atestado, com a nova análise, o sobrepreço ainda se faz presente, a irregularidade deverá ser mantida. Provimento parcial dos embargos para alteração do valor atestado.

Vistos e relatados os presentes autos que tratam de **Embargos de Declaração** opostos por Antônio Roberto Otoni Gomide, Ex-Prefeito do Município de Anápolis, objetivando a reforma do Acórdão AC nº 07097/15 que deu provimento parcial ao Recurso Ordinário, mantendo a irregularidade nº 2 (valor contratado superior ao valor atestado). Foram mantidos também os alertas, recomendações e determinações, além de ter sido ressaltado que, se forem efetuados pagamentos acima do valor atestado, haverá imputação de débito ao responsável.

ACORDAM os Conselheiros do **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**, reunidos no Colegiado, acolhendo as razões expostas no **voto do Relator** por:



ACÓRDÃO AC Nº 07800/2016

TCMGO - PLENO

I. CONHECER os presentes Embargos de Declaração e **DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL**, no sentido de:

II. MANTER a irregularidade 2 (valor contratado superior ao valor atestado), **com alteração** do valor atestado passando de R\$ 16.227.102,39 para **R\$ 16.782.652,67** (dezesseis milhões, setecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos), caracterizando sobrepreço contratual na ordem de **R\$ 321.217,37** (trezentos e vinte e um mil, duzentos e dezessete reais e trinta e sete centavos);

III. MANTER os demais termos do Acórdão AC nº 07097/15 – TCM/GO.

À SUPERINTENDÊNCIA DE SECRETARIA, para as providências

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, aos 16/11/2016.

Presidente: Conselheiro **Honor Cruvinel de Oliveira**

Relator: Conselheiro **Joaquim Alves de Castro Neto**

1. Conselheira Maria Teresa Garrido Santos

2. Conselheiro Francisco José Ramos

3. Conselheiro Daniel Augusto Goulart

Presente **José Gustavo Athayde**

Ministério Público de Contas



RELATÓRIO / VOTO

Processo	11295/14	Fase	4
Município	Anápolis		
Assunto	Embargos de Declaração - Reforma e Ampliação da Câmara Municipal		
Órgão	Executivo		
Embargante	Antônio Roberto Otoni Gomide		
CPF	251.944.881-49		
Relator	Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto		

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. OMISSÃO NA ANÁLISE DO PROJETO. PROVIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS. ALTERAÇÃO DO VALOR ATESTADO. MANUTENÇÃO DA IRREGULARIDADE. VALOR CONTRATADO SUPERIOR AO ATESTADO. MANUTENÇÃO DO ALERTA E RECOMENDAÇÃO.

Versam os presentes autos de **Embargos de Declaração** opostos por Antônio Roberto Otoni Gomide, Ex-Prefeito do Município de Anápolis, objetivando a reforma do Acórdão AC nº 07097/15 que deu provimento parcial ao Recurso Ordinário, mantendo a irregularidade nº 2 (valor contratado superior ao valor atestado). Foram mantidos também os alertas, recomendações e determinações, além de ter sido ressaltado que, se forem efetuados pagamentos acima do valor atestado, haverá imputação de débito ao responsável.

LICITAÇÃO:	Concorrência Pública nº 010/2013
CONTRATADA:	Albenge Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
OBJETO:	Ampliação e reforma da Câmara Municipal de Anápolis.
VALOR:	R\$ 17.103.870,04 – Data: 03/04/2014.
PRAZO:	24 meses, contados a partir da publicação do contrato no Diário Oficial do Município
REGIME:	Empreitada por Preço Global



RELATÓRIO / VOTO

1 – MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE RECURSOS –

Certificado nº 1405/2016:

(...)

2.DAS RAZÕES RECURSAIS E ANÁLISE DOS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

2.1.IRREGULARIDADE Nº 2 – Valor contratado superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de R\$ 876.767,65 (oitocentos e setenta e seis mil setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Alegação Do Recorrente

Alega que:

Está contida no anexo elaborado pelo Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação, que discorre sobre as alegações contidas na análise, isto é, com pertinência ao escoramento metálico, valor do elevador e análise orçamentária realizados pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

Ao se adentrar às fls. 003 até 049, a Auditoria de Controle Externo - JUR, encontrará o nexos que conduz à verificação de que há pontos que não foram considerados e, por conseguinte, ficaram obscuros como se pode observar na redação das citadas folhas 003/049 dos Embargos.

Com mais profunda explicação e demonstração por meio de figuras e fotos, mais a interpretação das características técnicas, a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação procura mostrar a diferença entre o que foi, a priori, analisado e a realidade agora estampada.

Desta maneira, os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apontam os pontos que podem ser melhor compreendidos e esclarecidos no sentido de se corrigir aspectos que agora vêm à tona.

Frise-se, mais uma vez, que a peça principal dos EMBARGOS outrora interpostos, em verdade, deixou uma distância entre a petição e o ANEXO DA ENGENHARIA, sendo que em seu conteúdo está a parte essencial das análises da Secretaria de Licitações e Contratos e a da Secretaria Municipal de Obras.

[...]

II - Quanto à análise orçamentária realizada pelo tribunal.

a. A Secretaria de Recursos em sua análise naquilo que se refere ao item "escoramento metálico", considerou os critérios da AGETOP.

Não houve entendimento entre o quantitativo de escoramento metálico (aluguel/mês) previsto em orçamento de 19.200 (dezenove mil e duzentos) metros quadrados para

RELATÓRIO / VOTO

aquilo que o tribunal considerou necessário de 5.954,57 (cinco mil novecentos e cinquenta e quatro vírgula cinquenta e sete) metros quadrados.

Baseando naquilo que estabelece os critérios e normas para orçamento de obras civis utilizados pela AGETOP, a Secretaria de Recursos considerou:

Escoramentos:

- Metálicos: utilizados para vigas e lajes, medidos em m² de projeção da área a ser escorada.

Porém na íntegra o texto contido neste manual traz a seguinte informação:

Escoramentos

- Metálicos: utilizados para vigas e lajes, medidos em m² de projeção da área a ser escorada.

Obs.: Caso a altura ultrapasse 3,00 metros (obras especiais), deverá ser adicionado o excedente do escoramento à parte. Se for adotado o escoramento metálico, o escoramento de madeira deverá ser deduzido das composições de formas. (sublinhado nosso)

Conforme consta em projetos anexos ao processo, observa-se que a obra em questão foge dos padrões normais considerados pela AGETOP, possuindo em determinados pontos pé-direito com alturas superiores a 3,00 metros, como no caso do pavimento térreo onde consta auditório e área externa coberta.

O mercado conta com diversidades de empresas especializadas no fornecimento de sistemas de cimbramento. Cada um deles possui características próprias, porém, de maneira geral, enquadra-se nos seguintes tipos:

1. Escoras (ou sistema pontual considerado na tabela AGETOP)

Formado por elementos verticais isolados e de fácil montagem, necessitando apenas de elementos que os deixem em pé durante a montagem. Sua área de abrangência varia normalmente de 1,5 a 4,5 metros de altura, sendo que, entre 3 e 4,5 metros geralmente devem ser contraventados. Segue abaixo imagens extraídas da internet do modelo citado:

[...]

2. Torres metálicas (sistema utilizado na obra em questão)

Elementos verticais múltiplos, ligados entre si (ou seja, contraventados) formando quadros. São mais complexos de montar do que as escoras, porém têm capacidade de carga maior. Sua área de abrangência é praticamente ilimitada, iniciando normalmente em 1,0 metro de altura até dezenas de metros. Para grandes alturas as torres são contraventadas entre si.

As torres metálicas montáveis são encontradas sob várias formas, diferindo no tipo de ajuste, encaixe das peças, diagonais, tamanhos e diâmetro dos tubos metálicos. O princípio de funcionamento é, sempre, sistemas tubulares em que as peças são interligadas formando quadros. Normalmente suportam mais carga que os sistemas

RELATÓRIO / VOTO

pontuais, vencem alturas maiores, são mais estáveis, apresentando um peso maior e um número maior de elementos.

Sua utilização nas edificações é feita normalmente em trechos de pé-direito maior, em que as escoras não têm aplicação e também em vigas de periferia, onde podem ser produzidas plataformas de trabalho com guarda corpo acoplado, garantindo segurança aos operários.

[...]

3. Sistemas de reescoramento (sistema também utilizado na obra em questão)

A boa prática da engenharia obriga a utilização deste sistema que diferentemente do escoramento, é utilizado com um número inferior de opções. Como sua função é a de transmitir a carga de pavimentos superiores sendo concretados, a carga transferida a esse sistema é menor, além de apoiar diretamente as lajes e vigas já concretadas. Portanto, a complexidade dessa etapa é menor (mas não menos importante), como também é menor o número de elementos responsáveis pelo cumprimento dessa função. Vem sendo utilizadas nesta obra as torres metálicas como sistema de reescoramento. Isso acontece em casos especiais em que a carga transferida aos pavimentos inferiores é muito elevada ou o pé direito é muito alto como é o caso.

Segue cortes extraídos dos projetos arquitetônicos, constantes no processo licitatório, atestando o pé direito diferenciado de 8,00 metros, portanto justifica a necessidade dos quantitativos estimados em orçamento.

[...]

b. Em relação ao valor do elevador não foi apresentado cotação de mercado deste item ou nota fiscal que comprovasse o preço.

Encontra-se em fase de contratação a aquisição de elevadores pela empresa contratada para a obra em questão. Conforme cotação de mercado atualizada apresentada pela mesma, pode-se chegar ao valor global de fornecimento e instalação de três elevadores, cujo valor é de R\$690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais), conforme cotação anexa fornecida pela empresa.

Conforme esclarecido em análise anterior, os elevadores previstos para a referida obra fogem do padrão comercial cotado pelo tribunal, sendo necessária a fabricação específica para atendimento ao projeto proposto.

c. Em relação ao sobrepreço encontrado

Quanto à metodologia de cálculo adotado para a indicação de sobrepreço de contrato de obras públicas, foi decidido no Acórdão nº 3650-/2013 Plenário, cuja Inteligência foi assim sintetizada no Boletim de Jurisprudência nº 21 do TCU:

"A metodologia a ser aplicada para a quantificação de sobrepreço deve ser avaliada em cada caso concreto. Em situações normais, o Método de Limitação dos Preços Unitários Ajustado é cabível para avaliação de sobrepreço ainda na fase editalícia; enquanto o Método da Limitação do Preço Global deve ser aplicado no caso de contratos assinados."

RELATÓRIO / VOTO

Assim, de acordo com posicionamento mais recente do TCU, para a aferição do sobrepreço não existe uma metodologia padrão a ser adotada invariavelmente, devendo ser definida de acordo com a fase em que se encontra a contratação: tratando-se da fase editalícia, a metodologia mais adequada seria a da limitação por preços unitários ajustados enquanto no curso do contrato seria mais adequado o método de limitação do preço global.

O Tribunal de Contas dos Municípios chegou ao valor atestado para o referido contrato de R\$16.227.102,39 (dezesesseis milhões, duzentos e vinte e sete mil, cento e dois reais e trinta e nove centavos), que difere do valor contratado de R\$17.103.870,04 (dezesete milhões, cento e três mil, oitocentos e setenta reais e quatro centavos), em R\$876.767,65 (oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) que equivale em termos percentuais a 5,12% de diferença entre os valores determinados por cada órgão.

Acatadas as considerações apresentadas neste parecer, a diferença entre orçamentos reduziria a R\$32.366,11 (trinta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e onze centavos) que corresponderia a 0,19% de diferença entre valores.

Conforme Resolução Nº 361, de 10 de Dezembro de 1991, do Conselho Federal de Engenharia - CONFEA, que dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em seu artigo 12 cita: "O Projeto Básico é o conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução."

No artigo Art. 32 item "f" desta mesma resolução que corresponde as principais características de um Projeto Básico é estabelecido um grau de precisão para orçamentos globais da seguinte forma: "definir as quantidades e os custos de serviços e fornecimentos com precisão compatível com o tipo e porte da obra, de tal forma a ensejar a determinação do custo global da obra com precisão de mais ou menos 15% (quinze por cento);".

Relacionamos abaixo algumas referências consultadas sobre precisão do orçamento de obras, são elas:

[...]

Verifica-se que a diferença de valor global encontrada entre os órgãos encontra-se dentro em uma faixa aquém daquela considerada admissível de 5,12% conforme análise anterior e 0,19% considerando os argumentos apresentados.

III - Dos pedidos

Frente aos esclarecimentos prestados, pede-se:

- 1. Reconsideração da análise realizada conforme esclarecimentos prestados neste parecer;*
- 2. Ateste do valor contratado;*



RELATÓRIO / VOTO

Termos em que pede deferimento.

Análise Do Mérito

O recorrente apresenta alegações em relação ao quantitativo considerado do item "escoramento metálico". Segundo ele, algumas áreas da construção, por apresentarem pé-direito superior a 3 metros, teriam o cálculo diferenciado, devendo ser adicionado o excedente do escoramento à parte, de acordo com orientação da AGETOP.

Esta Secretaria entende assistir razão o recorrente. Em consulta aos projetos relativos à obra, constante dos volumes 2 e 3, e do memorial de cálculo (fls. 353 a 359, Vol. 11), verifica-se que o segundo e terceiro pavimentos têm pé-direito acima de 3 metros. Além disso, a área relativa ao auditório, plenária e área externa coberta também foram consideradas.

Contudo, ainda que estas áreas sejam consideradas, a área calculada por esta Secretaria é de 10.823,24 m², uma diferença a menor de 8.376,76 m² em relação ao contratado.

No que diz respeito ao preço dos elevadores, como não foram apresentadas cotações quando da análise contratual, o recorrente anexou aos autos uma proposta da empresa Elevadores Atlas Schindler S.A.. Em virtude das especificações diferenciadas do elevador a ser adquirido, tais como capacidade de pessoas e material utilizado, o preço unitário do elevador é diferenciado. De acordo com a proposta apresentada, cada elevador é R\$ 230.00,00.

Assim, considerando a veracidade ideológica presumida das informações prestadas, esta Secretaria irá considerar em sua análise o valor apresentado.

Tendo em vista estas alegações, foi elaborada uma planilha de análise ABC, representando 68,98% do valor contratual, anexo a este, para analisar os itens apresentados pelo recorrente em sua defesa. Desta forma, o valor atestado do orçamento passou de R\$ 16.227.102,39 para R\$ 16.782.652,67.

Em relação ao alegado pelo recorrente quanto à metodologia de cálculo para indicação de sobrepreço, esta metodologia aplicada pelo Tribunal de Contas quanto à quantificação do sobrepreço é em relação ao preço contratual. De acordo com o Informativo de Jurisprudência – Licitações e Contratos nº 181 de 2013:

RELATÓRIO / VOTO

2. A metodologia a ser aplicada para a quantificação de sobrepreço deve ser avaliada em cada caso concreto. Em situações normais, o Método de Limitação dos Preços Unitários Ajustado é cabível para avaliação de sobrepreço ainda na fase editalícia; enquanto o Método da Limitação do Preço Global deve ser aplicado no caso de contratos assinados.

Auditoria realizada na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) com o objetivo de fiscalizar as obras de implantação do campus da entidade apontara "sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado" no contrato firmado para a execução da primeira etapa das obras. A unidade técnica constatara um sobrepreço global de R\$ 1,44 milhão, motivo pelo qual propôs que fosse determinado à Unila que repactuassem o contrato, realizando a redução dos seus custos unitários conforme a planilha de cálculo elaborada na fiscalização. A relatora, ao divergir desse entendimento, anotou que a unidade técnica teria aplicado indevidamente o "Método de Limitação dos Preços Unitários Ajustado – MLPUA, preconizado pelo acórdão 2.319/2009 – Plenário, por meio do qual o sobrepreço é calculado pela soma dos sobrepreços unitários, sem que se faça nenhuma compensação com os itens subavaliados". Destacou que, em situações similares ao caso concreto, "o TCU tem aplicado o método da limitação do preço global, o qual prevê a compensação entre preços super e subavaliados". A propósito, recorreu ao Acórdão 3443/2012-Plenário, segundo o qual o Método de Limitação dos Preços Unitários Ajustado – indicado como padrão pelo Acórdão 2319/2009-Plenário – não deve ser aplicado a todo e qualquer caso concreto. Segundo aquele precedente, o MLPUA é cabível quando o sobrepreço é "constatado ainda em fase editalícia. Afinal, o gestor não pode se afastar do seu dever em balizar os preços unitários de seu certame pelos referenciais da LDO, fazendo valer critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais, tal qual prevê o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93. Outra possibilidade seria a limitação de preços unitários para serviços novos, incluídos por meio de termos aditivos, não crivados pelo processo licitatório". Nesse sentido, registrou a relatora que "em situações corriqueiras, o MLPUA mostra-se adequado apenas à fase editalícia. Havendo contrato assinado, a análise de eventual prejuízo ao erário deve ser feita por meio da avaliação global". Considerando as peculiaridades do caso concreto (sobrepreço global inferior a 1%, amostra analisada correspondente a 70% do valor contratual e desconto de 15% obtido na licitação), concluiu "não ser possível asseverar a prática de preços superiores às referências de mercado". Ponderou, contudo, que "a existência de distorções nos preços unitários pode propiciar a prática do jogo de planilha (...)", e que deve ser assegurado, nas alterações contratuais, o desconto original obtido. O Tribunal, acolhendo o voto da relatora, determinou à Unila que encaminhasse quadro consolidado das alterações contratuais que tenham impactado a planilha orçamentária, com memória de cálculo das aferições dos quantitativos de todos os serviços materialmente relevantes da obra e a demonstração da não redução do desconto original, para posterior análise da unidade



RELATÓRIO / VOTO

técnica. Acórdão 3650/2013-Plenário, TC 004.743/2012-1, relatora Ministra Ana Arraes, 10.12.2013.

Assim, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, o sobrepreço deve ser calculado por meio da avaliação global, conforme é feito neste Tribunal de Contas. Além disso, o entendimento deste Tribunal de Contas é de que, constatado o sobrepreço, deverá haver imputação de débito caso haja pagamentos além do valor atestado. Portanto, não assiste razão o recorrente quando afirmar que, devido à diferença constatada ser pequena, o contrato deveria ser atestado.

Em consulta ao Sistema de Informática deste Tribunal, constatarem-se os seguintes pagamentos:

EMPENHO	DATA	VALOR EMPENHADO	VALOR ANULADO	VALOR PAGO	VALOR PAGO EM RESTOS A PAGAR
6409	19/05/2014	R\$ 4.850.087,91	R\$ 2.848.249,27	R\$ 2.001.838,64	
12850	15/12/2014	R\$ 2.848.249,27	R\$ -	R\$ 697.015,61	R\$ 2.151.233,66
5864	30/06/2015	R\$ 3.886.873,98	R\$ 1.734.287,40	R\$ 2.015.301,50	
1544	26/02/2016	R\$ 1.734.287,40	R\$ -	R\$ 192.009,88	
				R\$ 4.906.165,63	R\$ 2.151.233,66
TOTAL DOS PAGAMENTOS				R\$ 7.057.399,29	

Como o valor contratado continua superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de R\$ 321.217,37, esta Secretaria considera **mantida a irregularidade**.

3.CONCLUSÃO:

IRREGULARIDADE	Mantida	2
----------------	---------	---

Do exposto, **CERTIFICA** esta Secretaria poder o **Tribunal de Contas dos Municípios**, por meio de seu Colegiado, com base nos argumentos retro, conhecer dos **Embargos de Declaração**, para, no mérito, **negar-lhe provimento**, mantendo o inteiro teor do Acórdão AC nº 07097/15 – TCM/GO.



RELATÓRIO / VOTO

2 – MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:

Mediante Parecer nº 6279/2016, o Ministério Público de Contas manifestou-se no seguinte sentido:

(...)

A equipe técnica de engenharia da Secretaria de Recursos retificou o valor não atestado, mas ainda constatou um sobrepreço na ordem de R\$ 321.217,37, motivo pelo qual se posicionou pela manutenção da irregularidade, porém com diminuição do sobrepreço, sendo esta posição de ordem técnica de engenharia acatada pela Procuradoria de Contas, tendo em vista sua natureza pericial.
(IMPROV)

É o Relatório.

3 - VOTO DO RELATOR

Relatados os presentes autos, de detida análise de suas fases, em sede de Embargos de Declaração, verifica-se que o presente fora manuseado em observância ao que dispõe o RITCM, tendo sido determinado seu processamento, razão pela qual dele conheço.

Com relação à matéria de fundo, trata-se de embargos de declaração, objetivando a modificação do julgado do Recurso Ordinário que manteve a **IRREGULARIDADE Nº 2 - Valor contratado superior ao valor atestado**, contudo reduziu o valor do sobrepreço de R\$ 1.830.663,39 (um milhão oitocentos e trinta mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos) para R\$ 876.767,65 (oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).



RELATÓRIO / VOTO

Nos presentes autos foram apresentadas novas argumentações. Segundo o embargante, algumas áreas da construção, por apresentarem pé-direito superior a 3 metros, teriam o cálculo diferenciado, devendo ser adicionado o excedente do escoramento à parte, de acordo com orientação da AGETOP.

Neste sentido foi possível constatar que assiste razão o embargante, considerando que em consulta aos projetos relativos à obra, constantes dos volumes 2 e 3, e do memorial de cálculo (fls. 353 a 359, Vol. 11), verifica-se que o segundo e terceiro pavimentos têm pé-direito acima de 3 metros. Além disso, a área relativa ao auditório, plenária e área externa coberta também foram consideradas.

Contudo, ainda que estas áreas sejam consideradas, a área calculada pela especializada é de 10.823,24 m², uma diferença a menor de 8.376,76 m² em relação ao contratado.

No tocante ao preço dos elevadores, não haviam sido apresentadas cotações quando da análise contratual. Em sede de embargos o interessado anexou uma proposta da empresa Elevadores Atlas Schindler S.A.. Em virtude das especificações diferenciadas do elevador a ser adquirido, tais como capacidade de pessoas e material utilizado, o preço unitário do elevador é diferenciado. De acordo com a proposta apresentada, cada elevador é R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

Neste aspecto, considerando a veracidade ideológica presumida das informações prestadas, este Tribunal irá considerar em sua análise o valor apresentado.

Desta forma, foi elaborada uma planilha de análise ABC (41/43 fase 4) pela Secretaria, representando 68,98% do valor contratual, para analisar os itens apresentados pelo embargante em sua petição. Desta forma, o valor atestado do



RELATÓRIO / VOTO

orçamento passou de R\$ 16.227.102,39 para **R\$ 16.782.652,67** (dezesesseis milhões, setecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

Em consulta ao Sistema Informatizado deste Tribunal apurou-se que foram realizados pagamentos totalizando a quantia de R\$ 7.057.399,29 (sete milhões, cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos). Levando em consideração que os pagamentos à contratada ainda estão abaixo do valor atestado por este Tribunal, se faz necessário manter o alerta de que acarretará imputação de débito caso haja pagamento superior ao atestado.

Por fim, considerando que o valor contratado continua superior ao atestado, na ordem de **R\$ 321.217,37** (trezentos e vinte e um mil, duzentos e dezessete reais e trinta e sete centavos), a falha será **mantida**, contudo, diferentemente do sugerido pela Secretaria e Ministério Público de Contas, os embargos deverão ser providos parcialmente em razão da alteração do valor aqui reduzido.

Assim sendo, este Relator tomando como razões de decidir todo o exposto acima, e acolhendo parcialmente o Parecer do Ministério Público de Contas, bem como a manifestação da Secretaria, divergindo apenas quanto a parte dispositiva, apresenta o voto para:

I. CONHECER os presentes Embargos de Declaração e **DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL**, no sentido de:

II. MANTER a irregularidade 2 (valor contratado superior ao valor atestado), **com alteração** do valor atestado passando de R\$ 16.227.102,39 para **R\$ 16.782.652,67** (dezesesseis milhões, setecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e



RELATÓRIO / VOTO

cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos), caracterizando sobrepreço contratual na ordem de **R\$ 321.217,37** (trezentos e vinte e um mil, duzentos e dezessete reais e trinta e sete centavos);

III. MANTER os demais termos do Acórdão AC nº 07097/15 – TCM/GO.

É o voto.

GABINETE DO CONSELHEIRO RELATOR, em Goiânia, aos 03 de novembro de 2016.

Joaquim Alves de Castro Neto
Conselheiro Relator



Estado de Goiás
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

ACÓRDÃO AC Nº 01003/2015 - SEGUNDA CÂMARA
PROCESSO Nº : 11295/2014
MUNICÍPIO : ANÁPOLIS
ORGÃO : PODER EXECUTIVO
ASSUNTO : CONCORRÊNCIA PÚBLICA/CONTRATO
PREFEITO : ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE
CPF Nº : 251.944.881-49
CONTROLADOR INTERNO: WILMAR ALVES MARTINS
CPF Nº : 100.728.961-91

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS. PODER EXECUTIVO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2013 E CONTRATO Nº 088/2013, CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E A EMPRESA ALBENGE ENGENHARIA IND. E COM.LTDA.. **IRREGULARIDADE.** IMPUTAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÃO. ALERTAS. DETERMINAÇÃO PARA JUNTAR CÓPIA DA DECISÃO NAS RESPECTIVAS CONTAS DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO DE 2014. .

VISTOS e relatados os autos que tratam da **VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE** neste Tribunal de Contas dos Municípios da Concorrência Pública nº 010/2013 e do Contrato nº 088/2014 dele decorrente, celebrado entre o Município de **ANÁPOLIS** e a empresa **ALBENGE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA.**, cujo objeto é a reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal, no valor total de R\$17.103.870,04 (dezessete milhões, cento e três mil, oitocentos e setenta reais e quatro centavos), nos termos seguintes:

CONCORRÊNCIA Nº 010/13 - CONTRATO Nº 088/2014 (fls. 993/1004 vol. 12)

CONTRATADO	ALBENGE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA.
DATA ASSINATURA	03/04/2014
VIGÊNCIA	24 (vinte e quatro) meses.
VALOR CONTRATUAL	R\$17.103.870,04 (dezessete milhões, cento e três mil, oitocentos e setenta reais e quatro centavos)
OBJETO	Reforma e ampliação da Câmara Municipal



Estado de Goiás
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, reunidos na Segunda Câmara, nos termos do voto do Relator:

I. DECLARAR que o procedimento licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2013**, e o **CONTRATO Nº 088/2014**, dele decorrente, celebrados entre o Município de **ANÁPOLIS** e a empresa **ALBENGE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA.**, encontram-se revestidos das seguintes irregularidades:

- 1) Restrição ao caráter competitivo da licitação;
- 2) Valor contratado superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de R\$1.830.663,39 (um milhão, oitocentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos).

II – APLICAR MULTA ao Sr. **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE**, Prefeito Municipal de **ANÁPOLIS**, nos moldes abaixo:

QUADRO DE MULTA

PROCESSO Nº	11295/14
MUNICÍPIO	ANÁPOLIS
ÓRGÃO	PODER EXECUTIVO.
GESTOR	ANTONIO ROBERTO OTONI GOMIDE
CPF Nº	251.944.881-49
Motivo da Multa	Fazer constar do Edital restrições de caráter competitivo da licitação.
Infringência	§ 1º, inc. I do art. 30 da Lei 8.666/93
Valor da Multa	R\$2.503,75 (dois mil quinhentos e três reais e setenta e cinco centavos), equivalente a 10% do valor máximo estabelecido no caput do art. 47-A da LOTCM, na redação dada pela Lei nº 16.467/09.
Fundamentação Legal	Lei Est. nº 15.958/07, art. 47-A, inciso XVI.

III - RECOMENDAR que em futuras contratações, o Município de **ANÁPOLIS**, observe rigorosamente o disposto na Lei nº 8.666/1993, e os atos normativos do TCMGO para a consecução da Licitação;



Estado de Goiás
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

IV – RESSALTAR que eventual recurso relativo ao contrato em questão deverá ser interposto nestes autos;

V - DETERMINAR ao Chefe do Poder Executivo Municipal que se abstenha de prorrogar o presente contrato;

VI – ENCAMINHAR cópia da decisão a ser proferida nestes autos ao MPE/GO;

VII – JUNTAR cópia desta decisão nas contas de gestão do Poder Executivo de **ANÁPOLIS**, exercício de **2014**, para que fiquem consignadas no seu julgamento as omissões e outras irregularidades constatadas, descritas no item 1 acima, bem como que essas sejam avaliadas no contexto das respectivas contas de gestão;

VIII - ALERTAR que as conclusões registradas nesta Decisão não elidem responsabilidades por atos não alcançados na presente análise e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas especiais, sem prejuízo das cominações já impostas ou as que eventualmente forem aplicadas em outros processos atinentes ao mesmo período.

À Superintendência de Secretaria, para os fins.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS em Goiânia, aos 26/02/2015.

Presidente: Cons. Nilo Resende

Relator: Cons. Sebastião Monteiro

Participantes da votação:

1 – Cons. Daniel Goulart

Presente: Regis Gonçalves Leite, Ministério Público de Contas.



Estado de Goiás
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

PROCESSO Nº : 11295/2014
MUNICÍPIO : ANÁPOLIS
ORGÃO : PODER EXECUTIVO
ASSUNTO : CONCORRÊNCIA PÚBLICA/CONTRATO
PREFEITO : ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE
CPF Nº : 251.944.881-49
CONTROLADOR INTERNO: WILMAR ALVES MARTINS
CPF Nº : 100.728.961-91

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos sobre a **VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE** neste Tribunal de Contas dos Municípios da Concorrência Pública nº 010/2013 e do Contrato nº 088/2014 dele decorrente, celebrado entre o Município de **ANÁPOLIS** e a empresa **ALBENGE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA.**, cujo objeto é a reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal, no valor total de R\$17.103.870,04 (dezesete milhões, cento e três mil, oitocentos e setenta reais e quatro centavos), nos termos seguintes:

CONCORRÊNCIA Nº 010/13 - CONTRATO Nº 088/2014 (fls. 993/1004 vol. 12)

CONTRATADO	ALBENGE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA.
DATA ASSINATURA	03/04/2014
VIGÊNCIA	24 (vinte e quatro) meses.
VALOR CONTRATUAL	R\$17.103.870,04 (dezesete milhões, cento e três mil, oitocentos e setenta reais e quatro centavos)
OBJETO	Reforma e ampliação da Câmara Municipal

Este contrato foi recebido para análise mediante o Memorando nº 0420/2014 – Autuação de Processo.

Inicialmente submetido a análise da Equipe Técnica de Engenharia, gerou o Relatório de Análise nº 321/14, onde foram constatadas as seguintes irregularidades:

Exigência de Qualificação Técnica

A Concorrência Pública nº 010/2013 (fls. 481-550, vol. XI) prejudicou o caráter competitivo no item 5.3.6, o qual exige que o responsável técnico pelas obras tenha executado um dos quantitativos previstos no quadro 5.3.5, representado abaixo:

Descrição	Quantidade	Unidade
a) Execução de edificação vertical com no mínimo 02 pavimentos que contemplem os seguintes itens:	2.000,00	M²
a.1) Fundações profundas	669,00	M
a.2) Estrutura em concreto armado em aço CA-50	53.000,00	Kg
a.3) Estrutura metálica	19.000,00	Kg
a.4) Alvenaria	1.975,00	M²

A Lei 8666/93 em seu art. 30 regulamenta a documentação relativa à qualificação técnica. No §1º, inc. I do referido artigo são vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos para a capacitação técnico-profissional. A exigência de que o responsável técnico atenda a uma das condições do quadro acima vai contra o disposto no instrumento legal e tende a restringir o caráter competitivo do certame

Em relação aos atestados em nome da empresa licitante, devidamente chancelados no CREA (item 5.3.4, fl. 484, vol. XI), deve-se salientar que os

Conselhos Regionais de Engenharia não emitem certidões atestando aspectos qualitativos, nem atestando a capacidade técnico-operacional das empresas. O CREA limita-se a emitir um documento que atesta a capacidade técnica profissional, em nome do engenheiro, denominado Certidão de Acervo Técnico - CAT. Este documento é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional, registradas no CREA por meio de ART's.

A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes ou que venham a ser integrados no seu quadro técnico, por meio de CAT entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas, conforme dispõe a Resolução CONFEA nº 1.025/2009.

Logo, conclui-se que a certidão de capacidade técnico-operacional não é emitida nem cancelada pelo CREA, e sim a certidão de capacidade técnico-profissional.

Neste sentido, concluiu pela abertura de vista para que sejam apresentados os seguintes esclarecimentos e documentos:

- Especificação das divisórias a serem executadas na edificação, enquanto os projetos trazem divisórias em compensado naval e dry-wall, a planilha contratual contempla apenas este último;
- Especificação das espessuras das paredes internas e externas (a alvenaria de 15 cm presente no projeto não corresponde ao quantitativo da planilha contratual);
- Projetos da estrutura de aço tipo MR-250, presente na Cobertura;
- Projetos de ar-condicionado em escala 1:100 com lista de materiais;
- CD contendo os projetos no formato digital .DWG (Autocad);
- Todas as ordens de pagamentos relativas à obra em questão;
- Termos aditivos, caso existam;
- ART de execução da obra, anotada pelo responsável técnico da empresa;



- ART de fiscalização da obra.

Quanto às restrições de caráter competitivo, a Equipe de Engenharia sugeriu a **imputação de multa**, no valor de R\$2.503,75 (10%), nos moldes da Lei Est. nº 15.958/07, art. 47-A, inciso XVI, deixar de observar no processo licitatório, formalidade determinada em Lei.

Encaminhado para a análise jurídica, verificou-se que além das irregularidades e omissões acima, não constam dos autos:

1 – Solicitação do Setor Competente, nos termos do inciso I, do art. 16 da IN-TCM nº 015/2012;

2 – Autorização do Gestor para iniciar o processo de contratação, nos termos do inciso VI, do art. 16 da IN-TCM nº 015/2012; e

3 – Parecer jurídico final, abordando todos os aspectos da licitação, nos moldes do inciso XV, do art. 16 da IN-TCM nº 015/2012;

Desta forma, em observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CF/88), os autos foram novamente encaminhados ao **Setor de Diligências da Divisão de Notificação**, para que nos termos da Resolução Normativa nº 001/1999, promovesse **abertura de vista**, ao Sr. **Antônio Roberto Otoni Gomide**, Prefeito Municipal de Anápolis, ao Sr. **Clodoveu Reis Pereira**, Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação e ao Sr. **Wilmar Alves Martins**, Controlador Interno, para que apresentassem suas justificativas acerca das irregularidades acima mencionadas.

Tornados os autos a Secretaria de Licitações e Contratos, estes foram novamente submetidos a análise da Auditoria Técnica de Engenharia, que proferiu o Relatório de Análise nº 486/14, em anexo, onde concluiu por **não atestar o valor do Contrato** nº 088/14, com sugestão de imputação de multas ao Gestor, pelo fato de fazer constar no Edital cláusula de restrição ao caráter competitivo da licitação, em afronta ao § 1º, inc. I do art. 30 da Lei 8.666/93 c/c inciso XVI, art. 47-A, da Lei Estadual nº 15.968/07.

I – DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em análise dos autos, a Secretaria de Licitações e Contratos, conforme Certificado nº 1266/2014, manifestou que o procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública nº 010/2013 e o Contrato nº 088/2014, encontram-se revestidos de irregularidades, com sugestão de imputação de multa, nos seguintes termos:

“2. ANÁLISE JURÍDICA:

Na análise das justificativas de fls. 01 a 10 vol. 13 e dos documentos apresentados em face dos apontamentos do Despacho nº 1.049/2014, verificamos o seguinte:

Conforme Relatório de Análise nº 486/14, no que se refere à restrição ao caráter competitivo da licitação, *“a jurisprudência do TCU estabelece o limite de 50% para a comprovação de execução de serviços, porém este limite aplica-se apenas à comprovação de capacitação técnico-operacional. Para a capacitação técnico-profissional é vedada as exigências de quantitativos mínimos, conforme o estabelecido no § 1º, inc. I do art. 30 da Lei 8.666/93”*.

Assim é a jurisprudência assente do Tribunal de Contas da União:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo das licitações conduzidas pelo Poder Público.

Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não pode ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contrato detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.

Tais exigências devem ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado” (Acórdão 1.942/2009, Plenário, rel. Min. André Luiz de Carvalho).

Na mesma vertente, também já decidiu o STF:

“(…) Afronta ao princípio da isonomia, igualdade entre todos quanto pretendem acesso às contratações da Administração.6. A lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a uma tratamento diverso do que atribui a outra. Para que possa fazê-lo, contudo, sem que tal violação se manifeste é necessário que a discriminação guarde compatibilidade com o conteúdo do princípio.7. A Constituição do Brasil exclui quaisquer exigências de qualificação técnica e econômica que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A discriminação, no julgamento da concorrência, que exceda essa limitação é inadmissível. 8. Ação direta julgada procedente para declarar inconstitucionais os arts. 16 e 19, e seu parágrafo, da Lei 260/1990 do Estado de Rondônia” (ADI 2.716, Pleno, rel. Min. Eros Grau, J. em 29/11/2007, DJe de 06.03.2008).

Alerta ainda, para o fato de que as irregularidades apontadas são insanáveis, visto que a licitação já transcorreu, e por isso deve resultar em imputação de multa.

Por fim, conclui por não atestar o contrato em razão das irregularidades apontadas e da constatação de considerável diferença entre o valor contratado e o calculado pela equipe de engenharia, sendo este valor da ordem de R\$ 1.830.663,39 (um milhão, oitocentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos).

Quanto aos apontamentos da área jurídica, vê-se que razão assiste ao jurisdicionado no que se refere à solicitação do setor competente e autorização do gestor, uma vez que o documento de fls. 03 vol. 2, consta a solicitação do Diretor de Obras e a aprovação do Gestor.

Já em relação a ausência de Parecer Jurídico final sobre a licitação, entendemos que pode ser ressaltado, contudo, em futuros procedimentos faça consta dos autos este parecer, por ser uma forma de segurança jurídica para o gestor antes da homologação do certame, conforme jurisprudência do TCU.

“Da leitura do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93 (examinar e aprovar), combinada com a do art. 11 da LC 73/1993 (examinar prévia e conclusivamente), depreende-se que, para a prática dos atos nele especificados, o gestor depende de pronunciamento favorável da consultoria jurídica, revelando-se a aprovação verdadeiro ato administrativo. Sem ela, o ato ao qual adere é imperfeito” (Acórdão 1.337/2011, Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues).

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, **CERTIFICA A SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS** que na Concorrência Pública nº 010/2013 e no contrato nº 088/2014, dela decorrente, foram encontradas as seguintes **irregularidades**:

- 1- restrição ao caráter competitivo da licitação;
- 2- Valor contratado superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de 1.830.663,39 (um milhão, oitocentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos).

Sugere-se a aplicação da seguinte multa:

QUADRO DE MULTA

PROCESSO Nº:	11295/14
MUNICÍPIO:	Anápolis
ÓRGÃO:	PODER EXECUTIVO.
GESTOR:	ANTONIO ROBERTO OTONI GOMIDE
CPF Nº:	251.944.881-49
Motivo da Multa:	Fazer constar do Edital restrições de caráter competitivo da licitação.
Infringência:	§ 1º, inc. I do art. 30 da Lei 8.666/93
Valor da Multa:	R\$ 2.503,75 (10%)
Fundamentação Legal:	Lei Est. nº 15.958/07, art. 47-A, inciso XVI.

SÍNTESE DA ANÁLISE

PROCESSO Nº	11295/14
--------------------	-----------------

CERTIFICADO Nº	1.266/2014 DE 03/11/2014
MUNICÍPIO	ANÁPOLIS
ÓRGÃO	PODER EXECUTIVO.
GESTOR	ANTONIO ROBERTO OTONI GOMIDE
CPF Nº	251.944.881-49
OBJETO	Ampliação e reforma da Câmara Municipal de Anápolis.
CONTRATADA	ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA..
IRREGULARIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - restrição ao caráter competitivo da licitação; - Valor contratado superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de 1.830.663,39 (um milhão, oitocentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos).
VALOR TOTAL DA MULTA	R\$ 2.503,75 (dois mil, quinhentos e três reais e setenta e cinco centavos)
OPINIÃO CONCLUSIVA	<ul style="list-style-type: none"> - Irregularidade da Concorrência Pública nº 010/2013, do contrato nº 088/2014. - Ressalta-se que caso sejam pagos valores superiores aos atestados pela Equipe Técnica de Engenharia, os mesmos resultarão em débito em desfavor do gestor. <p>Ressalta-se também, que devem ser analisados os reflexos dessas irregularidades nas contas de gestão de 2014 do Poder Executivo de Anápolis."</p>

II – DA MANIFESTAÇÃO PELA PROCURADORIA GERAL DE CONTAS

O Ministério Público de Contas, no Parecer nº 6847/2014, concordou com o inteiro entendimento da Secretaria de Licitações e Contratos.

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR

Vistos e relatados os presentes autos, este Relator concorda com o entendimento da Secretaria de Licitações e Contratos e do *Parquet* de Contas, manifestando, assim, por:

II. DECLARAR que o procedimento licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2013**, e o **CONTRATO Nº 088/2014**, dele decorrente, celebrados entre o Município de **ANÁPOLIS** e a empresa **ALBENGE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA.**, encontram-se revestidos das seguintes irregularidades:

- 3) Restrição ao caráter competitivo da licitação;
- 4) Valor contratado superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de R\$1.830.663,39 (um milhão, oitocentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos).

II – APLICAR MULTA ao Sr. **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE**, Prefeito Municipal de **ANÁPOLIS**, nos moldes abaixo:

QUADRO DE MULTA

PROCESSO Nº	11295/14
MUNICÍPIO	ANÁPOLIS
ÓRGÃO	PODER EXECUTIVO.
GESTOR	ANTONIO ROBERTO OTONI GOMIDE
CPF Nº	251.944.881-49
Motivo da Multa	Fazer constar do Edital restrições de caráter competitivo da licitação.
Infringência	§ 1º, inc. I do art. 30 da Lei 8.666/93
Valor da Multa	R\$2.503,75 (dois mil quinhentos e três reais e setenta e cinco centavos), equivalente a 10% do valor máximo estabelecido no caput do art. 47-A da LOTCM, na redação dada pela Lei nº 16.467/09.
Fundamentação Legal	Lei Est. nº 15.958/07, art. 47-A, inciso XVI.

III - RECOMENDAR que em futuras contratações, o Município de **ANÁPOLIS**, observe rigorosamente o disposto na Lei nº 8.666/1993, e os atos normativos do TCMGO para a consecução da Licitação;

IV – RESSALTAR que eventual recurso relativo ao contrato em questão deverá ser interposto nestes autos;



V - DETERMINAR ao Chefe do Poder Executivo Municipal que se abstenha de prorrogar o presente contrato;

VI – ENCAMINHAR cópia da decisão a ser proferida nestes autos ao MPE/GO;

VII – JUNTAR cópia desta decisão nas contas de gestão do Poder Executivo de **ANÁPOLIS**, exercício de **2014**, para que fiquem consignadas no seu julgamento as omissões e outras irregularidades constatadas, descritas no item 1 acima, bem como que essas sejam avaliadas no contexto das respectivas contas de gestão;

VIII - ALERTAR que as conclusões registradas nesta Decisão não elidem responsabilidades por atos não alcançados na presente análise e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas especiais, sem prejuízo das cominações já impostas ou as que eventualmente forem aplicadas em outros processos atinentes ao mesmo período.

Pelo exposto, voto por que seja adotada a minuta do Acórdão que ora submeto a esta Câmara.

Gabinete do Conselheiro Diretor da Sexta Região, em 10 de fevereiro de 2015.

Conselheiro Sebastião Monteiro Guimarães Filho

Relator

ACÓRDÃO AC Nº 07097/2015

Processo nº: 11295/14 – Fase 2
Município: Anápolis
Órgão: Executivo
Recurso: Ordinário
Objeto: Reforma e ampliação da Câmara Municipal
Gestor: Antônio Roberto Otoni Gomide
CPF: 251.944.881-49
Controlador Interno: Wilmar Alves Martins
CPF: 100.728.961-91

RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO DE ENGENHARIA. REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. IRREGULARIDADES PARCIALMENTE RESSALVADAS. DEMONSTRAÇÃO DE NÃO HAVER RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO. VALOR ATESTADO INFERIOR AO VALOR CONTRATADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. RESSALVA DA IRREGULARIDADE 1. MANUTENÇÃO DA IRREGULARIDADE 2. DESCONSTITUIÇÃO DA MULTA APLICADA.

I – Quando o valor contratado for superior ao valor atestado pela Equipe Técnica de Engenharia, haverá imputação de débito do valor pago a maior;

II – Não há que se falar em restrição ao caráter competitivo, quando os quantitativos exigidos são utilizados para aferição de qualificação técnico-operacional (art. 30, II, da Lei nº. 8.666/93).

1 - Tratam os presentes autos do Recurso Ordinário interposto por Antônio Roberto Otoni Gomide, Ex-Prefeito do Município de Anápolis, objetivando a reforma do Acórdão AC nº 01003/15, (Processo nº 11295/14 – Fase 1), que evidenciou irregularidades na contratação abaixo discriminada e determinou imputação de multa.

LICITAÇÃO:	Concorrência Pública nº 010/2013
CONTRATADA:	Albenge Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
OBJETO:	Ampliação e reforma da Câmara Municipal de Anápolis.
VALOR:	R\$ 17.103.870,04 – Data: 03/04/2014 .
PRAZO:	24 meses, contados a partir da publicação do contrato no Diário Oficial do Município.
REGIME:	Empreitada por Preço Global

2 - ACORDAM os Conselheiros do **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**, reunidos no Colegiado, acolhendo as razões expostas no **voto do Relator**:

ACÓRDÃO AC Nº 07097/2015

2.1 - CONHECER do Recurso Ordinário, para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, reformando a decisão contida no Acórdão 01003/15, para:

2.1.1 – RESSALVAR a irregularidade 1: Restrição ao caráter competitivo da licitação;

2.1.2 – MANTER a irregularidade 2, com alteração do valor atestado: Valor contratado superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de R\$ 876.767,65;

2.1.3 – DESCONSTITUIR a multa aplicada;

2.1.4 – MANTER os alertas, recomendações e determinações;

2.1.5 – RESSALTAR que, se forem efetuados pagamentos acima do valor atestado, implicará na imputação de débito ao responsável.

À SUPERINTENDÊNCIA DE SECRETARIA, para as providências
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, em Goiânia, 23/09/2015.

Presidente: Conselheiro **Honor Cruvinel de Oliveira**

Relator: Conselheiro **Joaquim Alves de Castro Neto**

Conselheiro **Daniel Goulart**

Conselheiro **Nilo Resende**

Conselheiro **Francisco José Ramos**

Conselheiro **Sebastião Monteiro**

Conselheira **Maria Teresa Fernandes Garrido**

Fui presente: **Fabício Macedo Motta**

Ministério Público de Contas



RELATÓRIO / VOTO

Processo nº: 11295/14 – Fase 2
Município: Anápolis
Órgão: Executivo
Recurso: Ordinário
Objeto: Reforma e ampliação da Câmara Municipal
Gestor: Antônio Roberto Otoni Gomide
CPF: 251.944.881-49
Controlador Interno: Wilmar Alves Martins
CPF: 100.728.961-91

Tratam os presentes autos do Recurso Ordinário interposto por Antônio Roberto Otoni Gomide, Ex-Prefeito do Município de Anápolis, objetivando a reforma do Acórdão AC nº 01003/15, (Processo nº 11295/14 – Fase 1), que evidenciou irregularidades na contratação abaixo discriminada e determinou imputação de multa.

LICITAÇÃO:	Concorrência Pública nº 010/2013
CONTRATADA:	Albenge Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
OBJETO:	Ampliação e reforma da Câmara Municipal de Anápolis.
VALOR:	R\$ 17.103.870,04 – Data: 03/04/2014.
PRAZO:	24 meses, contados a partir da publicação do contrato no Diário Oficial do Município.
REGIME:	Empreitada por Preço Global

1- MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE RECURSOS

A Secretaria, mediante Certificado nº. 983/15, manifestou-se no seguinte sentido:

DAS IRREGULARIDADES E MANIFESTAÇÕES:

IRREGULARIDADE Nº 1 – Restrição ao caráter competitivo da licitação.

ALEGAÇÃO DO RECORRENTE:

Alega que:

Em atendimento a esta questão, tem-se que está inserido no Edital – subitem 5.3.5.1 a seguinte afirmação: os quantitativos previstos no item 5.3.5 serão analisados tão

RELATÓRIO / VOTO

somente para a aferição de qualificação técnico-operacional dos licitantes. Portanto, observa-se que houve erro na análise da SLC. Solicita desconstituir a multa.

ANÁLISE DO MÉRITO:

De acordo com o Relatório de Análise nº 486/14, a equipe de engenharia desta Corte de Contas constatou que restringiram o caráter competitivo da licitação:

- Exigência de que o responsável técnico da licitante comprovasse execução de diversos quantitativos;

- Atestados cancelados no CREA.

O recorrente alega que os quantitativos exigidos seriam exigidos somente para aferição da qualificação técnico operacional dos licitantes. Analisando o edital da licitação, conclui-se que assiste razão o recorrente, pois o item 5.3.5.1 afirma que os quantitativos serão analisados somente para aferição da qualificação técnico-operacional. Tais quantitativos não são exigidos para comprovação de qualificação técnico-profissional.

O recorrente não traz nenhuma alegação em relação à exigência de atestados cancelados pelo CREA.

Diante do exposto, esta Secretaria entende que não houve exigência de comprovação de quantitativo para aferição da qualificação técnico-profissional, e, desta forma, não há que se falar em restrição ao caráter competitivo quanto a este item.

Em relação à exigência de atestados cancelados pela CREA, esta Secretaria considera tal irregularidade ressalvada, visto que o CREA não atesta aspectos qualitativos, emitindo somente documento atestando a capacidade técnico-profissional.

Irregularidade ressalvada.

IRREGULARIDADE Nº 2 – Valor contratado superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de R\$ 1.830.663,39 (um milhão oitocentos e trinta mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos).

ALEGAÇÃO DO RECORRENTE:

Alega que:

Valor Contratado

a. Redução da quantidade de horas previstas para engenheiro eletricista e engenheiro mecânico de 2640 (duas mil seiscentos e quarenta) horas para apenas 220 (duzentas e vinte) horas.

Informamos que para elaboração da planilha orçamentária da obra em questão foram seguidos os critérios e normas para orçamento de obras civis utilizados pela AGETOP, que no item administração, diz que o engenheiro é dimensionado em função do prazo necessário para executar a obra, sendo pago engenheiro no período integral somente em obras de grande porte, como é o caso.

Para o engenheiro eletricista e mecânico, foi adotado conforme consta em memória de cálculo apresentado, metade das horas estimadas para o engenheiro civil. Tal fato se deve aos serviços especializados de cada engenharia, que fogem da atribuição do

RELATÓRIO / VOTO

engenheiro civil, sendo eles respectivamente para cada área de atuação apresentada: instalação elétrica de alta e baixa tensão, cabeamento estruturado, rede estabilizada em 110 V, instalação de sistema de ar condicionado central; elevadores e andaimes.

Acreditamos que as 220 (duzentas e vinte) horas estimadas pela equipe de engenharia deste tribunal, sejam insuficientes para, atender uma obra de grande porte, com duração estimada de 24 (vinte e quatro) meses, sendo este valor correspondente a apenas 1 (um) mês de obra. Preocupa-nos em reduzir essa carga horária nos moldes sugeridos por este tribunal, podendo repercutir na qualidade final esperada dos serviços previstos ou na impossibilidade de execução total dos mesmos. Sendo assim, mediante esclarecimentos prestados, esperamos obter entendimento deste tribunal aos serviços de administração orçados.

Espera-se que a Secretaria de Licitações e Contratos acate os quantitativos previstos na Planilha contratada, haja vista que para a sua avaliação deixou de demonstrar os parâmetros.

b. Redução dos quantitativos previstos no item Equipamentos e Ferramentas, especificamente nos subitens Andaime e Escoramento Metálico.

Foi solicitado em análise que fosse reduzido o quantitativo andaime metálico fachadeiro (aluguel/mês) de 12.000 (doze mil) metros quadrados para 8.834 (oito mil oitocentos e trinta e quatro) metros quadrados, assim como, a redução do quantitativo previsto para o item escoramento metálico (aluguel/mês) de 19.200 (dezenove mil e duzentos) metros quadrados para 5.954,57 (cinco mil novecentos e cinquenta e quatro vírgula cinquenta e sete) metros quadrados.

Baseado naquilo que estabelece os critérios e normas para orçamento de obras civis utilizados pela AGETOP, temos que, os valores unitários apresentados, par se tratarem de serviços (aluguel/mês), referem-se a 01 (um) mês de aluguel, sendo assim, deve-se dimensionar para quantos meses forem necessários, o aluguel do equipamento para a área prevista.

O Tribunal apresenta quantitativos relativos às áreas de fachada e área total construída de projeto respectivamente, esquecendo-se de multiplicar este valor pela quantidade de meses estimados para execução deste serviço. Sendo assim, tais valores multiplicados pelos meses estimados para sua execução, aproximar-se-iam aos valores contidos em planilha licitada. Parece-nos claro a manutenção destes quantitativos nos moldes apresentados na planilha contratada, pois a sua redução ao período de 01 (um) mês torna impraticável a execução da obra.

Para melhor exemplificarmos este caso, e do conhecimento deste tribunal que a obra encontra-se em execução, conforme foto abaixo, demonstramos a necessidade de permanência de andaimes por períodos maiores que 01 (um) mês, prazo este necessário para montagem das formas, armaduras, protensão, concretagem, cura e posterior desforma com permanência das escoras como rege a boa prática da construção civil.

c. Foi encontrado erro na multiplicação do item estrutura em aço tipo USI SAC 300, em planilha de análise deste tribunal, que incorre em diferença do valor encontrado como passamos a descrever.

Conforme consta em planilha de análise apresentada pela especializada deste tribunal, especificamente no subitem estrutura em aço tipo USI SAC 300, dentro do item contenções, fora atestado um quantitativo de 36960 (trinta e seis mil novecentos e sessenta) quilos desta estrutura, com valor unitário de R\$10,71 (dez reais e setenta e um centavos), que de acordo com a planilha apresentada o resultado desta multiplicação seria R\$363.055,08 (trezentos e sessenta e três mil, cinquenta e cinco reais e oito centavos), porém o resultado real desta multiplicação é de R\$395.841,60 (trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), perfazendo uma diferença de R\$32.786,52 (trinta e dois mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
do Estado de Goiás

ESTADO DE GOIÁS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Fis.

RELATÓRIO / VOTO

Tal erro matemático incorre em uma diferença favorável à planilha licitada, reduzindo a diferença entre a análise realizada e a planilha contratada nos moldes encontrados.

d. Remoção do item piso cerâmica de alta resistência com contrapiso (1ci:3arml) e argamassa colante.

Solicita que seja retirado o subitem, piso cerâmica de alta resistência, com contrapiso (1ci: 3arml) e argamassa colante, constante na planilha no item revestimentos.

Reconhecemos a falha na planilha orçamentária com relação ao item utilizado, porém é um serviço necessário, constante em projeto, que diz respeito ao assentamento de revestimento cerâmico 30x60cm em áreas molhadas como sanitários.

Solicitamos que seja feita reconsideração da análise, mantendo-se o preço unitário adotado, por se assemelhar em valor com o revestimento cerâmico em paredes adotado pela AGETOP, porém não achamos viável a remoção de um item necessário ao bom funcionamento da obra.

e. Redução dos quantitativos das esquadrias de alumínio natural correr/vidro 2 folhas cl ferragens e vidro temperado 10 mm fume.

Solicita que sejam alterados os quantitativos de esquadrias de 1564,47 (um mil quinhentos e sessenta e quatro vírgula quarenta e sete) metros quadrados, para 1376,06 (um mil trezentos e setenta e seis vírgula zero seis) metros quadrados, assim como o de vidro temperado para 781,44 (setecentos e oitenta e um vírgula quarenta e quatro) metros quadrados, respectivamente para cada item.

Conforme demonstrado em memória de cálculo encaminhado a este tribunal em primeira análise realizada, reiteramos a quantidade de esquadrias necessárias em 1564,47 (um mil quinhentos e sessenta e quatro vírgula quarenta e sete) metros quadrados.

Não se justifica a redução da quantidade de vidro ao valor apresentado, pois tal fato ocasionaria em esquadrias sem vidro. Acreditamos ser razoável que a quantidade de vidro seja em igual quantidade para as esquadrias licitadas.

A esquadria de alumínio orçada para esta obra, consta na tabela AGETOP especificamente no item 180101, que em sua composição não apresenta vidro, sendo assim, acreditamos que houve má interpretação deste tribunal, em talvez considerar a presença de vidro em seu item.

Encaminhamos anexo, memorial de cálculo do item vidro temperado e composição unitária do item esquadrias de alumínio natural correr / vidro 2 folhas cl ferragens onde se verifica a ausência de vidro na mesma. Com isso solicitamos entendimento deste tribunal para o exposto.

f. Redução do valor unitário do item elevador automático coletivo capacidade de 600 kg ou 08 passageiros.

Solicita através de análise que o valor unitário do item mencionado, obtido através de cotação de mercado, seja reduzido de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para R\$90.000,00 (noventa mil reais).

Com relação ao item elevador, de acordo com informações coletadas junto aos arquitetos responsáveis pelo projeto, os elevadores deverão apresentar especificidades com relação aos acabamentos, comandos, velocidade de transporte dos ocupantes, detalhes estes que fogem da cotação de mercado padrão, levando-se em conta apenas a capacidade de carga dos mesmos.

Pedimos entendimento deste tribunal com relação a coleta utilizada.

g. Demais itens demonstrados em análise.

Informamos que houve acatamento pela prefeitura aos demais itens analisados e questionados por este tribunal, sendo os mesmos alterados nos moldes propostos, conforme planilha anexa.

RELATÓRIO / VOTO**ANÁLISE DO MÉRITO:**

Foi elaborada uma planilha de análise ABC, representando 68,98% do valor contratual, anexo a este, para analisar o recurso a este contrato baseados nos documentos apresentados pelo recorrente.

Em relação à quantidade de horas considerada para os engenheiros mecânico e eletricista, a equipe de engenharia desta Corte de Contas considerou 220 horas para cada. O recorrente afirma que, devido ao grande porte da obra, tal quantitativo é insuficiente, visto que a obra tem duração estimada de 24 meses. Esta Secretaria entende que assiste razão o recorrente, visto que os serviços destes profissionais são necessários em boa parte da execução da obra.

No tocante ao item "andaime metálico", esta Secretaria considerou o prazo para execução de serviços. Já em relação ao item "escoramento metálico", de acordo com os critérios da AGETOP:

Escoramentos:

-Metálicos: Utilizados para vigas, lajes, medidos em m² de projeção da área a ser escorada.

Desta forma, considerou-se a área dos pavimentos.

No que se refere ao item estrutura em aço tipo USI SAC 300, o recorrente tem razão quando afirma que a planilha continha um erro matemático, devidamente corrigido nesta análise.

Em relação ao item "cerâmica de alta resistência", apesar de ser executado para revestir as paredes, foi utilizado um código referente ao piso. Como tal serviço está sendo executado, de acordo com o memorial de cálculo (fl.365, Volume 11), o quantitativo foi acrescido à planilha. Contudo, utilizou-se a referência AGETOP 201303 - REVESTIMENTO C/CERAMICA ALTA RESIST, cujo preço unitário é R\$ 53,63.

No tocante aos itens de esquadrias de alumínio e vidro temperado, o recorrente anexou ao processo o memorial de cálculo. Desta forma, foram considerados os quantitativos apresentados por ele.

Em relação ao valor do elevador, o recorrente pede que este Tribunal adote o preço constante no orçamento. Contudo, ele não apresentou cotação de mercado deste item ou nota fiscal que comprovasse o preço. Além disso, a Secretaria de Licitações fez cotação de mercado para determinar o preço do elevador. Desta forma, esta Secretaria mantém o preço unitário determinado na análise anterior.

Diante do exposto, o valor atestado do orçamento passou de R\$ 15.273.206,65 para R\$ 16.227.102,39.



TCM
Tribunal de Contas dos Municípios
do Estado de Goiás

ESTADO DE GOIÁS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Fis.

RELATÓRIO / VOTO

Em consulta ao Sistema de Informática deste Tribunal, constatou-se que:

Tabela 1.0 - Resumo de Valores Apurados				
Contrato	Valor Contratado	Sobrepçoço	Valor Atestado	Valor Pago
Nº 088/2014	R\$ 17.103.870,04	R\$ 876.767,65	R\$ 16.227.102,39	R\$ 2.698.854,25

Como o valor contratado continua superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de R\$ 876.767,65, esta Secretaria considera **mantida a irregularidade**.

DA MULTA

MULTA 01 – R\$ 2.503,75 (10%): aplicação de multa em desfavor do **Sr. Antônio Roberto Otoni Gomide, CPF nº 251.944.881-49, Ex-Prefeito Municipal de Anápolis**, em virtude de ter feito constar no edital restrições ao caráter competitivo da licitação, nos termos do Art. 30, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93, com fundamentação legal no art. 47- A, inciso XVI, da Lei 15.958/07.

ALEGAÇÕES DO RECORRENTE: Solicita desconstituição da multa.

ANÁLISE DO MÉRITO: Conforme análise da irregularidade nº 1, ela foi ressaltada. Desta forma, esta Secretaria entende por desconstituir a multa aplicada.

CONCLUSÃO:

IRREGULARIDADE RESSALVADA: Nº 1.

IRREGULARIDADE MANTIDA: Nº 2.

MULTA Nº 1: DESCONSTITUÍDA.

Do exposto, **CERTIFICA** esta Secretaria poder o **Tribunal de Contas dos Municípios**, por meio de seu Colegiado, com base nos argumentos retro, conhecer do **Recurso Ordinário**, para, no mérito, **dar-lhe provimento parcial**, haja vista a **permanência da irregularidade nº 2, ressaltando, contudo, a irregularidade nº 1 e desconstituindo a multa**.

2. ANÁLISE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Posteriormente à emissão do Certificado acima especificado, o Ministério Público de Contas proferiu o Parecer nº. 4250/15, se manifestando conclusivamente da seguinte forma:

A Procuradoria de Contas, apurando inicialmente a admissibilidade da peça recursal, manifesta-se pelo conhecimento do recurso ordinário na forma do art. 226 do Regimento Interno do TCM-GO e do art. 41 da Lei nº 15.958/07, uma vez que este foi tempestivo e interposto por pessoa legitimada.

RELATÓRIO / VOTO

Passando-se à análise de mérito, este Parquet não vislumbra razões de ordem jurídica para divergir da análise empreendida pela Secretaria de Recursos, concordando, assim, com o inteiro teor do Certificado nº 983/2015.

Cabe reforçar, quanto à irregularidade 2, que, na presente análise, a SR verificou que o valor contratado continua superior ao valor atestado pela equipe de engenharia deste Tribunal em R\$ 876.767,65¹ e que se forem efetuados pagamentos acima dos valores certificados os mesmos resultarão em imputação de débito ao responsável.

É o relatório.

3 - VOTO DO RELATOR

Após análise dos autos, constatou-se que, com relação à irregularidade de restrição ao caráter competitivo, o gestor demonstrou que não houve restrição ou direcionamento, sendo ressalvada tal irregularidade.

Consequentemente, a multa imputada devido à irregularidade acima descrita, deve ser desconstituída.

Contudo, conforme evidenciado também pela Secretaria de Recursos, que realizou análise técnica de engenharia, verificou-se que o valor atestado é inferior ao valor contratado, embora tenha havido modificações nos cálculos, que acarretou em diferença favorável ao gestor, passando de R\$ 15.273.206,65 para R\$ 16.227.102,39 o valor aprovado pela equipe técnica.

Assim, cumpre salientar que o valor contratado continua superior ao valor atestado em R\$ 876.767,65, acarretando na imputação de débito ao responsável, se forem efetuados pagamentos acima dos valores certificados.

Portanto, este Relator adota como razão de decidir os fundamentos expostos pela Secretaria de Recursos e pelo Ministério Público de Contas, no sentido de:

3.1 - CONHECER do Recurso Ordinário, para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, reformando a decisão contida no Acórdão 01003/15, para:

3.1.1 – RESSALVAR a irregularidade 1: Restrição ao caráter competitivo da licitação;

¹ valor contratado: 17.103.870,04; valor atestado: R\$ 16.227.102,39

RELATÓRIO / VOTO

3.1.2 – MANTER a irregularidade 2, com alteração do valor atestado:
Valor contratado superior ao valor atestado pela equipe de engenharia, na ordem de
R\$ 876.767,65;

3.1.3 – DESCONSTITUIR a multa aplicada;

3.1.4 – MANTER os alertas, recomendações e determinações;

3.1.5 – RESSALTAR que, se forem efetuados pagamentos acima do
valor atestado, implicará na imputação de débito ao responsável.

É o voto.

GABINETE DO CONSELHEIRO DIRETOR DA 3ª REGIÃO, em
Goiânia, aos 25 de setembro de 2015.

Joaquim Alves de Castro Neto
Conselheiro Diretor da 3ª Região